



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 15/2017

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 26 de julho de 2017*

----- Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

-----Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma breve retrospectiva dos eventos/iniciativas ocorridos (as), nomeadamente “2.ª Noite de Fado e Flamenco”, no transato dia 15 de julho, cujo objetivo é “fortalecer os laços de amizade entre as duas vilas raianas (Alcoutim e Sanlúcar del Guadiana)”, deixando de seguida um agradecimento aos funcionários/colaboradores do Município, pelo trabalho desenvolvido, disponibilidade e profissionalismo demonstrado, no referido

1

R

evento. Informou de seguida que a II Edição do Festival de Contrabando realizar-se-á nos dias 23/24 e 25 de março de 2018. Prosseguiu mostrando o seu contentamento pelo facto da Câmara Municipal de Alcoutim continuar bem posicionada no ranking do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2016, recentemente publicado, no que concerne ao desempenho da Edilidade a nível do prazo médio de pagamento aos fornecedores (um dia) e aumento gradual no Imposto sobre Transação de Imóveis (IMT). -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos sobre a *“elaboração do Projeto de Reabilitação Urbana do Antigo Edifício dos CTT para Edifício Habitacional”*, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o projeto encontra-se numa fase conclusiva e prende-se com a construção de 5 (cinco) moradias. A vereadora continuou para mencionar que o vereador Paulo Paulino tinha conhecimento que a Edilidade tinha um projeto já elaborado anteriormente, referente a espaço museológico. -

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que tinha conhecimento *“da intenção, desconhecia era da existência do projeto”*. De seguida frisou que devido às restrições existentes, no que concerne à habitação, e de modo a revitalizar o centro da Vila, a Edilidade ponderou a elaboração do projeto em causa, por forma a melhorar o ordenamento do território e a coesão social, proporcionando assim melhores condições de vida à população. Quanto aos núcleos museológicos referiu que a Câmara Municipal depara-se com o problema de escassez de recursos humanos, no que concerne à abertura desses espaços, como tal considera que deverá existir alguma ponderação na escolha do projeto a implementar, no referido local. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para salientar a existência de terrenos abandonados para construção de habitação, *“durante anos”*, no loteamento a sul de Alcoutim, tendo o vereador Paulo Paulino explicado que atualmente os particulares tem que recorrer a créditos para executar a autoconstrução, dado que muitas vezes, os mesmos, não tem autonomia para o fazer sem esse auxílio. A vereadora prosseguiu questionando se as casas a construir são para arrendar, tendo o vereador respondido positivamente. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para salientar a dificuldade sentida por parte de particulares/famílias, no acesso ao crédito de habitação,

  
2

R

devido ao aumento das restrições, comparativamente a anos transatos, e como tal considera que se torna premente introduzir novas regras que visem contribuir para um maior rigor na aplicação de políticas municipais de habitação, nomeadamente na criação de regulamentos bonificados, de forma atrair população jovem, tendo a vereadora referido que os dois bairros construídos foram executados, "*com esse objetivo*". O presidente prosseguiu para referir que o valor da venda dos lotes, no Loteamento a Sul de Alcoutim não são muito atrativos, dado que rodam os 10.000,00 € (dez mil euros – aproximadamente), tendo a vereadora informado que o preço engloba o lote e projeto. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que em anos transatos, o executivo anterior, encontrava-se a analisar/estudar igualmente um projeto para construção de habitação para arrendamento, no antigo Hangar dos Bombeiros, de forma a privilegiar a reabilitação urbana e habitacional estratégica e vitalizadora do espaço, e neste momento, o mesmo encontra-se desaproveitado, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o referido espaço, após parecer técnico, "*não oferece*" condições de estabilidade. O vereador prosseguiu a sua intervenção referindo que existem pareceres técnicos divergentes para o mesmo espaço, dando como exemplo a aquisição do terreno por particular e com a mesma finalidade. -----

----- A vereadora Dr.<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para questionar o objetivo da requisição, referente à manutenção do Quiosque de Guerreiros do Rio, tendo o presidente da Câmara esclarecido que a mesma prende-se com a colocação de grade de proteção, no quiosque das Laranjeiras, de modo a evitar quedas para o rio. A vereadora alertou para a gralha existente, no documento, solicitando a sua alteração. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º139) respeitante ao dia 25 de julho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.345.738,49; -----

3 

----- Operações Orçamentais - € 1.017.765,30; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 320.561,04. -----

----- Foi dado igualmente conhecimento à Câmara Municipal: -----

Aquisições de Bens e Serviços superiores a € 5.000,00 entre o período de 10 a 20 de julho de 2017; -----

Listagem dos procedimentos referentes a aprovações de projetos, programas de concurso, caderno de encargos e de adjudicações de empreitadas e aquisições de bens e serviços de montantes superiores a 5000,00 €; -----

Cópia da fatura n.º 1170304422 da Viagens Abreu, S.A, relativa à viagem a Blain e respetiva Ordem de Pagamento n.º 1990/2017. -----

----- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 14/2017:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 14/2017**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 12 de julho de 2017, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **PROPOSTA N.º 173/2017 – ISENÇÃO DE TAXA DE INSPEÇÃO/REINSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR – REQUERENTE**

– **MOVIJOVEM/MOBILIDADE JUVENIL, CIPRL:** Foi presente uma proposta do sr. vereador José Galrito, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo com o n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e outras Receitas, deliberar reconhecer a concessão da isenção da Taxa de Inspeção/Reinspeção periódica de elevador, requerida pela Movijovem – Mobilidade Juvenil, CIPRL. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 174/2017 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE JOSÉ MANUEL TEIXEIRA/PROCESSO N.º 07/2017:** Foi presente uma proposta do

4

B

sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 1.018,68 € (mil e dezoito euros e sessenta e oito cêntimos), ao sr. José Manuel Teixeira, para fazer face a despesas com medicação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 175/2017 – PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RÚSTICO DO PEGO FUNDO - ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. O início do procedimento de elaboração do PIERPFA e dos respetivos termos de referência anexos à proposta de deliberação, nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 76.º do RJIGT; -----
2. O prazo de elaboração da alteração de 18 meses, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT; -----
3. O período de participação preventiva de 25 dias para a formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT; -----
4. Que a deliberação seja publicada em Diário da República (2.ª Série) e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na internet do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, 191.º e 192.º do RJIGT. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que o assunto em discussão prende-se com a criação de um Plano de Intervenção em Espaço Rústico do Pego Fundo para implementação de um parque de campismo, parque de caravanismo e espaço para zona recreativa e desportiva e de apoio às restantes atividades. -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que



R

no enquadramento do Plano consta que a área de intervenção do PIERPFA encontra-se delimitada a *“nascente pela Escola Básica Integrada de Alcoutim”*, e como tal questiona se o terreno é o que se encontra a seguir à Praia Fluvial, tendo o vereador Paulo Paulino respondido positivamente, porém, irá analisar melhor as delimitações. A vereadora prosseguiu a sua intervenção para alertar para a frase que consta no ponto II – Fundamentos, Objetivos e Oportunidade da Elaboração do PIERPFA, página quatro, nomeadamente *“ o sucesso dos últimos anos da praia fluvial”*, e é nesse sentido que questiona se o mesmo se refere ao sucesso dos últimos quatro anos? dado que a Praia Fluvial tem sido, ao longo dos anos, *“apanágio de algumas palavras menos bonitas, ditas por vós, designadamente praia da Messejana ou um fiasco”*. De seguida elaborou uma pequena resenha comparativa, no que concerne ao número de utentes/utilizadores da praia fluvial, nomeadamente ano de 2002 (12.486); 2003 (20.181); 2004 (11.486). Findou realçando que o sucesso alcançado do referido espaço *“não foi nos últimos anos, mas sim desde sempre, e como tal gostaria que este ponto fosse revisto. Era mais simpático da vossa parte”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que no decorrer do último mandato os vereadores da oposição, *“têm escutado”* algumas considerações, que podem estar corretas, *“mas que são muitas vezes injustas”*, no que se refere *“àquilo que se disse no passado”*. De seguida referiu que o anterior executivo, desde a primeira hora que *“ se preocupava”* com medidas a implementar no que concerne à desertificação, e quando surgiu a ideia da praia fluvial muitas críticas existiram, nomeadamente a *“praia da Messejana”*, no entanto, *“foi com agrado que verificou na dia da inauguração da mesma que as pessoas que tinham massa critica, foram as primeiras a instalarem-se no referido espaço”*. Findou para salientar que a Praia Fluvial, em sua opinião, é o *ex libris* de Alcoutim, pelo facto de ser detentora de grande potencial turístico, a nível comercial, empresarial, restauração, etc, e como tal é da opinião que *“aquilo que se diz no passado e agora são injustiças que se comentem, e que devem ser refletidas”*. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que na altura quando foi presente o projeto da praia fluvial, *“provavelmente também opinou, sobre o assunto”*, todavia, considera que *“somos livres para emitir qualquer*

6

opinião, *esteja certa ou não*”, e neste caso específico, o futuro demonstrou “*que o que nós opinamos, na altura, estava errado*”, e como tal a Câmara Municipal continuará a envidar esforços para que mesma continue a funcionar bem. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para salientar que “*não se revê*” na intervenção anterior, uma vez que não fazia parte do executivo. Finalizou referindo que “*sempre defendeu*” a praia fluvial, como “*um bom investimento e/ou projeto para aprovar e acarinhar*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar igualmente que em “*momento algum, opinou negativamente sobre a praia fluvial, e recorda-se das críticas, na altura, por parte de alguns membros do Partido Social Democrata (PSD)*”. Quanto à referência “*dos últimos anos*” mencionou que os mesmos não se referem a este mandato apenas, “*mas sim aos últimos 10 a 15 anos*”, e como prova disso o executivo ao reconhecer a importância da praia fluvial encontra-se “*envolvidíssimo*” no tratamento e apetrechamento de equipamento para a referida zona, uma vez que consideram que o espaço da praia fluvial é a âncora primordial para projetos futuros, nomeadamente com a implementação de novos empreendimentos (campismo/glamping, caravanismo, etc.), bem como a ampliação do espaço, tendo o vereador José Pereira referido que foi esse o objetivo principal para a aquisição do terreno, por parte do anterior executivo, devido ao perigo que o rio acarretava para as crianças. Relembrou igualmente do surgimento da infraestrutura da Piscina Municipal de Martim Longo. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir que é da opinião que devia constar no documento apresentado apenas “*o sucesso da praia fluvial, e não nos últimos anos*”, dado que poderá subentender-se que o sucesso “*só existiu quando os senhores estiveram cá*”. Finalizou para salientar que o vereador Paulo Paulino “*poderá questionar um familiar sobre o que se disse na Câmara Municipal, referente à praia e outras coisas mais*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 176/2017 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma



R

proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de 298,27 € (duzentos e noventa e oito euros e vinte e sete centavos), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face a despesas com recuperação de imóvel para arrumos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 177/2017 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE PAULA MARIA GONÇALVES BARÃO/PROCESSO N.º 08/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de 252,00 € (duzentos e cinquenta e dois euros), à D. Paula Maria Gonçalves Barão, para fazer face a despesas com eletricidade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

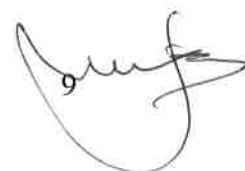
----- **PROPOSTA N.º 178/2017 – INTER-VIVOS – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO II CIRCUITO URBANO DE MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de participação financeira de 590,00 € (quinhentos e noventa euros), à

R

Associação Inter-Vivos, para fazer face a despesas relacionadas com a organização do II Circuito Urbano de Martim longo, em atletismo-----  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----  
-----

----- **PROPOSTA N.º 179/2017 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DE HOMENAGEADOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal:  
1. Deliberar a atribuição de medalhas municipais de mérito às seguintes personalidades, nos graus e campos especificados, de acordo com o artigo 13.º do Regulamento de Medalhas Municipais: -----

Galardoado	Modalidade	Grau	Campo
Ana Cavaco Nobre da Palma Teixeira (título póstumo)	Mérito	Ouro	Política e associativismo
Artur de Moura (título póstumo)	Mérito	Ouro	Política e empresarial
Posto Territorial da GNR de Alcoutim	Mérito	Ouro	Segurança
Posto Territorial da GNR de Martim Longo	Mérito	Ouro	Segurança
Bruno do Rosário Gonçalves Nascimento da Conceição	Mérito	Prata	Empresarial
João Francisco Mestre Lúcio	Mérito	Prata	Empresarial
João Manuel Rita Baptista	Mérito	Prata	Associativismo
João Portugal Ramos	Mérito	Prata	Empresarial e cinegética
João Silvestre Martins (título póstumo)	Mérito	Prata	Desenvolvimento
José Hermógenes Duarte do Rosário	Mérito	Prata	Empresarial





(título póstumo)			
Rui Agostinho Anselmo (título póstumo)	Mérito	Prata	Empresarial
Álvaro José de Figueiredo Pina	Mérito	Bronze	Funcionalismo público

2. Deliberar a atribuição da medalha municipal de bons serviços e dedicação aos funcionários do Município, nos graus especificados, de acordo com o artigo 11.º do Regulamento de Medalhas Municipais: -----

Funcionário	Anos de Serviço Efetivo	Grau
Armando Gregório Baltazar	20	Bronze
Casimiro Manuel Conceição Lopes	20	Bronze
Dalila Manuela da Costa Barros	20	Bronze
Henrique gomes Martins	20	Bronze
José domingos Luz Bárbara	20	Bronze
Paulo de Jesus Fernandes Pereira	20	Bronze
Sérgio Manuel Colaço Domingues	20	Bronze

3. A entrega das medalhas municipais no dia do município, 08 de setembro de 2017, no âmbito do n.º 3 do artigo 15.º do Regulamento. -----

----- A vereadora Drª Dalila Barros interveio para demonstrar o seu desagrado pelo facto da reunião da Comissão ter ocorrido, sem a sua presença, uma vez que como técnica do município (veterinária), estava em Campanha de Vacinação Antirrábica 2017, e como tal gostaria que tivesse existido ponderação na marcação da hora da reunião, tal como existe na convocatória para as Bolsas de Estudo, deixando um agradecimento, por tal facto, à Drª. Josélia Palma. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que não tinha conhecimento que essa situação “*era incómoda*” para a sr<sup>a</sup> vereadora. De seguida informou que a Comissão teve que reunir na data pretendida, devido à urgência do assunto, relembrando de seguida a dificuldade sentida pelos responsáveis “*em satisfazer*” todos os membros, na marcação de reuniões, devido aos compromissos profissionais/pessoais de cada um, tendo a vereadora mencionado que considera que deveria ter existido um ajuste na hora da reunião. -----

----- O vereador José Pereira interveio para sugerir como vereador da oposição, e numa próxima atribuição de medalhas (no campo empresarial) o sr. Abílio Frade da Encarnação, pelo facto de ser uma figura com mérito pessoal e feitos cívicos, a nível das Associações e do concelho. Mencionou ainda, que “*não devem ser esquecidos igualmente*” os membros que estão em segundo/terceiro lugar das Associações/clubes, dado que “*estão disponíveis, sempre que necessitam deles*”. -----

----- Passou-se de seguida, à votação, por escrutínio secreto: -----

**Ana Cavaco Nobre da Palma Teixeira (Título Póstumo), Mérito, Ouro, Política e Associativismo;** -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Artur de Moura (Título Póstumo), Mérito, Ouro, Política e Empresarial;** ----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Posto Territorial da GNR de Alcoutim, Mérito, Ouro, Segurança;** -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

R

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Posto Territorial da GNR de Martim Longo, Mérito, Ouro, Segurança; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Bruno do Rosário Gonçalves Nascimento da Conceição, Mérito, Prata, Empresarial; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**João Francisco Mestre Lúcio, Mérito, Prata, Empresarial; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**João Manuel Rita Baptista, Mérito, Prata, Associativismo; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 3 (três); -----

----- Abstenções: 1 (uma); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**João Portugal Ramos, Mérito, Prata, Empresarial e Cinegética; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

12

R

**João Silvestre Martins (Título Póstumo), Mérito, Prata, Desenvolvimento; --**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**José Hermógenes Duarte do Rosário (Título Póstumo), Mérito, Prata, Empresarial; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Rui Agostinho Anselmo (Título Póstumo), Mérito, Prata, Empresarial; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Álvaro José de Figueiredo Pina, Mérito, Prata, Funcionalismo Público; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Armando Gregório Baltazar, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Casimiro Manuel Conceição Lopes, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; ----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

13

R

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----  
----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Dalila Manuela da Costa Barros, Bons Serviços e Dedicção, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 4 (quatro); -----  
----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- A vereadora Drª Dalila Barros não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedida e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

**Henrique Gomes Martins, Bons Serviços e Dedicção, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----  
----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----  
----- Votos Branco: 1 (um); -----

**José Domingos Luz Bárbara, Bons Serviços e Dedicção, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----  
----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----  
----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Paulo de Jesus Fernandes Pereira, Bons Serviços e Dedicção, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----  
----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----  
----- Votos Branco: 1 (um); -----

**Sérgio Manuel Colaço Domingues, Bons Serviços e Dedicção, Bronze; -----**

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

R

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----  
----- Abstenções: 0 (zero); -----  
----- Votos Contra: 0 (zero); -----  
----- Votos Branco: 1 (um); -----  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade  
aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 180/2017 – GRUPO DESPORTIVO DE  
ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DA 66.º  
FESTA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do senhor presidente  
Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta  
fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo  
da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do  
Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição  
de participação financeira de 1.880,00 € (mil oitocentos e oitenta euros),  
ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face a despesas relacionadas com  
a organização das atividades desportivas inseridas na 66.ª Festa de Alcoutim.-  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade  
aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 181/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE  
– PROCESSO N.º 183/2017 – MARIA CELESTE GOMES PEREIRA  
RODRIGUES:** Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo  
Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo  
parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer  
favorável para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de  
setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003,  
de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de  
compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 170 e secção 083,  
no sítio do Montinho do Cerro em nome de Cabeça de Casal de Herança de  
Pedro Pereira, que se pretende em regime de 3 partes nas proporções de 1/3  
em nome de José Pereira, 1/3 em nome de Maria Catarina Pereira Faustino e 1/3  
em nome de Alda Pereira Afonso, e que se destina segundo informação prestada

pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 182/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 179/2017 – MARIA ANA DA SILVA:** Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio misto, com parte urbana com artigo matricial n.º 859 e partes rústicas (matriz n.º 4 e secção 044 e matriz n.º 8 e secção n.º 027), no sítio da Herdadinha, em nome de Ana da Silva Cavaco e Maria Ana da Silva, que se pretende em regime de 2 partes nas proporções de 1/2 em nome de Mário Nuno Valente Lopes Dias e 1/2 em nome de Paula Alexandra Rangem Ventura Lopes Dias, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- O senhor presidente da Câmara suspendeu a reunião, por 5 (cinco) minutos, devido ao prolongamento do período “antes da ordem do dia” e votação dos assuntos, constantes na ordem de trabalhos, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Câmara Municipal. -----

----- O presidente retomou a reunião. -----

R

----- PROPOSTA N.º 183/2017 – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA –  
DELEGAÇÃO DE TAVIRA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA: Foi  
presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa  
à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido  
da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto  
na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de  
3.500,00 € (três mil e quinhentos euros), à Cruz Vermelha Portuguesa –  
Delegação de Tavira, para fazer face a despesas com apoio social e saúde.-----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que considera  
diminuta a participação, dado que tem conhecimento do valor a pagar para  
aquisição de uma ambulância. De seguida referiu que gostaria de ter  
conhecimento do valor despendido pela Edilidade, no que concerne à  
alimentação dos técnicos da Unidade Móvel de Saúde (UMS). -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que a  
Autarquia não despende de qualquer valor para alimentação dos técnicos afetos  
à UMS, *“se é pago é pela Cruz Vermelha”* (CV). Continuou dando nota que a  
verba a conceder é de acordo com a disponibilidade da edilidade, e verba  
proporcional atribuída pelos restantes municípios, *“embora concorde”* com o  
ponto de vista apresentado pela srª vereadora, todavia, aquando das reuniões,  
deu conhecimento aos responsáveis da CV que continuará sempre a colaborar  
com a referida entidade, na aquisição, melhoramento e apetrechamento de  
equipamentos, tendo a vereadora questionado se a ambulância *“não atuará só  
no concelho de Alcoutim?”*. O presidente da Câmara prosseguiu para salientar  
que a ação da CV é desenvolvida em todo o Sotavento Algarvio, não existindo  
uma viatura afeta ao núcleo/extensão de Martim Longo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que corrobora com este  
tipo de participações, no entanto, alerta o senhor presidente, que na  
extensão de Martim Longo, *“desde há três ou quatro anos”* que não existe uma  
ambulância fixa, e como tal considera urgente a revindicação junto das  
entidades competentes, para a resolução do problema, uma vez que facilitaria  
*“em muito a vida dos bombeiros”*, exemplificando de seguida, com o acidente  
ocorrido na empresa que é proprietário. -----

R

----- O presidente da Câmara interveio para referir que reivindicará novamente, junto das entidades competentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 184/2017 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE TÂNIA ALEXANDRA RITA MARTINS/PROCESSO N.º 09/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 900,00 € (novecentos euros), à sr.ª. D. Tânia Alexandra Rita Martins, para fazer face a despesas com a criação de condições de habitabilidade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 185/2017 – PROTOCOLO PARA UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 186/2017 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2018:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar para efeitos no n.º 2 do

P

artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais e pelos motivos considerados, manter para o ano de 2017 a participação variável no IRS em 0%, bem como nos termos da alínea ccc) número 1 do Artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos constantes na alínea c) número 1 do artigo 25.º da mesma Lei, submeter a deliberação da Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 187/2017 – FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2018:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), fixar para o ano de 2018, a taxa sobre os prédios urbanos em 0,3%, bem como para os efeitos previstos no n.º 5 do CIMI conjugado com a alínea d) número 1 do Artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos constantes na alínea c) número 1 do artigo 25.º da mesma Lei, submeter a deliberação da Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 188/2017 – REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2018 – COEFICIENTE FAMILIAR:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Para efeitos no n.º 1 do artigo 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja

efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

2. Para efeitos previstos no n.º 1 do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 189/2017 – AVENIDA DE MARTIM LONGO (2.ª FASE) – APROVAÇÃO DE TOPÓNIMO E DE NUMERAÇÃO DE POLÍCIA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador José Galrito, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o preceituado na alínea ss) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 7.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alcútem, aprovar a denominação toponímica **Avenida dos Almocreves**, com início na Alagoa e término na estrada dos Castelhanos, em Martim Longo, bem como de acordo com o preceituado na alínea tt) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 18.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alcútem, aprovar o **número de polícia 3** para o edifício do Lar Nossa Senhora da Conceição. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que a proposta apresentada, nomeadamente *Avenida dos Almocreves* é o resultado do trabalho efetuado pela Comissão de Toponímia, “*embora seja um órgão consultivo*”. --

R

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que após análise da documentação (proposta, pareceres, etc) verifica que não constam os nomes apresentados/sugeridos pela Junta de Freguesia de Martim Longo (JFM), e como tal gostaria que apresentassem essa listagem, tendo o vereador José Galrito informado que os nomes propostos são Avenida da Liberdade e Avenida da República. O vereador José Pereira questionou de seguida quais os nomes que estiveram igualmente em discussão, tendo o vereador José Galrito informado que foi a Avenida Aníbal Guerreiro Carneira, sendo que esta proposta não foi colocada à votação, dado que o mesmo não concordou. -----

----- O vereador José Pereira prosseguiu a sua intervenção, colocando várias questões, nomeadamente: -----

**Qual a denominação em projeto e em orçamento/PPI desta obra? -----**

O presidente esclareceu que a mesma encontra-se denominada II Fase da Avenida, e anteriormente I Fase da Avenida; -----

**Em quantas fases foi construída, esta obra/via? -----**

Duas fases esclareceu o presidente; -----

**Sendo construída em duas fases, com a mesma denominação (de ambos executivos), acha que a obra é uma via única ou não? -----**

O presidente referiu que não é uma via única. -----

**Tem conhecimento da denominação da I Fase?-----**

O presidente frisou que recentemente é que foi informado dessa denominação.-

----- O vereador José Pereira de seguida elaborou uma pequena resenha sobre o nome atribuído, nomeadamente que o projeto da Avenida de Martim Longo "*era um projeto único, dividido em duas fases*", e que foi sugerido pela Assembleia de Freguesia de Martim Longo (*Ata de 24/04/2008*) a denominação Avenida Comendador Francisco Augusto Caimoto Amaral. Deu nota ainda que quando foi presente à reunião do executivo foi aprovado, por maioria, com o voto favorável do vereador José Galrito e abstenção do vereador sr. Francisco Xavier (*Ata de 24/09/2008*). Continuou questionando se a Comissão de Toponímia tinha conhecimento dessa denominação, independentemente da mesma ainda não estar contemplada em placa, por decisão do antigo Edil da Câmara Municipal (Dr. Francisco Amaral), tendo o vereador José Galrito informado que a Comissão de Toponímia tinha conhecimento do topónimo da

R

1.ª fase da Avenida. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para mencionar que foram presentes à reunião da Comissão de Toponímia os nomes de todas artérias de Martim Longo, incluindo a Avenida (1.ª Fase). -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra novamente para realizar uma comparação do assunto em discussão com a construção de idênticas infraestruturas, designadamente com a Autoestrada do Sul (A2), Itinerário Complementar vinte e sete (IC 27), Aqueduto de Águas Livres, Avenida da Liberdade (Lisboa), e nesse sentido questiona o sr. presidente se considera que existe razão para criar uma nova denominação da 2.ª Fase da Avenida, quando a mesma é o prolongamento da I Fase, se sim qual a justificação que apresenta?

----- O presidente da Câmara interveio para exemplificar igualmente com a rua de Santo António, em Faro, dado que possui duas denominações distintas. Mencionou de seguida que a proposta apresentada (Avenida dos Almocreves) *“é fruto”* do trabalho da Comissão de Toponímia, e que em seu entender *“dignifica e muito a aldeia de Martim Longo, não menosprezando em nada a denominação já dada, pelo anterior executivo à 1.ª Fase da artéria”*. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para salientar que a Comissão é um órgão consultivo, e que a mesma, em seu entender, não tinha conhecimento da denominação já dada anteriormente. Mencionou que considera que a referida infraestrutura é uma via única *“concordem ou não”*, e que *“na altura”* não avançou a 2.ª Fase por falta de financiamento. De seguida elencou um pequeno esboço biográfico do Dr. Francisco Amaral, nomeadamente como médico no concelho, durante 10/11 anos; vinte anos como autarca de Alcoutim; os requerimentos apresentados, como deputado na Assembleia da República (captação de antenas, unidade móvel de saúde, Barragens rurais, ponte Alcoutim/San Lucar, criação de programa de apoio às regiões de desertificação, contratos programas para abastecimento de águas domiciliárias e saneamento básico, lar de Martim Longo, reserva ecológica nacional, entre outras), para salientar que considera que *“houve falta de respeito, ética e de decência em não averiguar bem o assunto, bem como uma afronta à pessoa e família. Desde a primeira hora que o executivo permanente tem conhecimento das duas fases da avenida, e como tal inventaram outra denominação para não continuar com*

*o nome anteriormente proposto*". -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que "*o nome de Francisco Amaral merece todo o respeito, sem dúvida absolutamente nenhuma*", no entanto, questiona "*será que o reconhecimento aumenta em função dos metros lineares?*". -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir "*é o que é sr. vereador*", relembrando de seguida os vários assuntos debatidos, "*em relação ao passado*", nomeadamente a retirada das revistas do site da Câmara Municipal, "*que ainda não se encontra solucionado, apesar da nossa insistência, o assunto em discussão, entre outros*". Finalizou referindo "*que tinha ficado de bom-tom, uma excelente estratégia política se tivessem continuado com a denominação proposta anteriormente*". -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que respeita a opinião emitida, no entanto, considera que o vereador José Pereira "*esqueceu-se de mencionar, no currículo do Dr. Francisco Amaral*" a atribuição da medalha de honra, grau ouro, no ano transato, pelo atual executivo camarário, e como tal considera que se encontram afastadas quaisquer dúvidas/questões sobre o assunto, repudiando a afirmação que "*é uma afronta à família*". -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que é da opinião que o executivo permanente, no início do mandato, deveria ter colocado a placa com o nome proposto anteriormente, tendo o presidente da Câmara referido que "*não tinha conhecimento, nem a população de Martim Longo*" da denominação aprovada. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mostrar igualmente insatisfação pelo facto do anterior executivo, "*também nada fazer*" em relação à colocação de placa com a denominação "*Manuel Cavaco Afonso*", no Estádio Municipal de Futebol. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para frisar que desde a primeira hora que tem conhecimento do objetivo pretendido, pelo executivo permanente, em relação à nova denominação, dado que "*fiz parte de muitas comissões e sabia o que levava*", e como tal considera que a razão prende-se unicamente com "*tentar apagar a iniciativa de quem arranjou financiamento, e de quem executou outras obras, não foi mais do que isso*". -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que não corrobora *“em nada”* com o referido, *“está completamente enganado”*. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para referir que considera que o executivo permanente *“ainda está a tempo (até outubro) de reparar”* a falha do Estádio Municipal. Quanto à atribuição da medalha de Honra ao anterior Edil de Alcoutim referiu que a proposta foi efetuada *“não por si, como veio publicado na imprensa, mas sim por mim e vogal da Assembleia Municipal, Dr. Augusto Raposo”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos vereadores srs. José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: *“Considerando que, a obra denominada Avenida de Martim Longo que agora terminou, foi realizada em duas fases; considerando que, a 2.ª fase, não é mais do que a ampliação da 1.ª fase; considerando que, aquando do término da execução da primeira fase, a Câmara Municipal de Alcoutim aprovou o nome de “Comendador Francisco Augusto Caimoto Amaral”, sob proposta da Assembleia de Freguesia de Martim Longo; considerando que a denominação “ Avenida Comendador Francisco Augusto Caimoto Amaral” não é mais do que o mesmo desempenhou como médico e autarca, sendo considerado uma figura de relevo municipal e nacional; considerando que atribuir outra denominação à 2.ª fase de uma obra, que não a denominação já aprovada, revela uma enorme falta de respeito, decência e ética para com a pessoa em causa e para com a sua família; Por considerarmos que em política não vale tudo, que deve ser séria, isenta, respeitadora e para todos, votamos contra. Os vereadores da oposição. Alcoutim, 26 de julho de 2017”*. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não existiram quaisquer intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara ordinária de 26 de julho de 2017, as propostas acima referidas, e

para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supracitado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. --

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas treze horas e doze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente



O Secretário



